

GÊNERO E QUESTÃO AGRÁRIA: A DIVERSIDADE DA AÇÃO SÓCIO- POLÍTICA DAS MULHERES NO CAMPO

*Aloísio Ruscheinsky **

Resumo : O panorama da história do Movimento de Mulheres do Campo no sul do país ressalta a diversificada participação sócio-política das mesmas. Na trajetória da participação política na construção da cidadania, consolidada a duras penas enquanto setor subalterno da sociedade, estão intrincadas: a possibilidade de modificar a visão ante a realidade histórica; a luta pela sindicalização em condições iguais aos homens; a capacidade de relacionamento estratégico entre múltiplos atores; e a representação parlamentar conjugada à participação direta.

Palavras-chave: mulher, cidadania, diversidade.

1. CIDADANIA E GÊNERO

No presente texto intenta-se examinar alguns aspectos referentes à conexão entre as questões de gênero e a temática agrária¹. Para tal examinaremos elementos significativos do panorama histórico que revelou de maneira inovadora o Movimento de Mulheres, em meio a um contexto com predominância da ótica conservadora das relações sociais. O referido movimento social, considerando-se a região sul do país, passa a ser ressaltado pela diversificada participação sócio-política das mulheres do campo.

A ótica da cidadania tem-se apresentado como o objetivo histórico e o pano de fundo de muitas manifestações tidas como espontâneas e de mobilizações mais permanentes ao longo da década de oitenta. Esta temática atravessa tanto a articulação dos segmentos sociais descontentes quanto a própria institucionalidade da sociedade brasileira, neste período terminal da transição para a democracia. As

* O autor é sociólogo e professor na área no Departamento de Educação na Fundação Universidade do Rio Grande, doutor pela USP.

1 O presente texto é parcela dos resultados de uma pesquisa sobre “movimentos sociais e política”, com financiamento da Fapesp.

mulheres consolidaram uma das mais pujantes mobilizações para a reforma dos comportamentos cotidianos e de parcela da legislação em vigor. Neste contexto destacamos o Movimento de Mulheres ligado à questão agrária e à temática do gênero numa perspectiva inovadora no sul do Brasil.

A metodologia empregada na investigação, considerando-se basicamente a pesquisa de campo no oeste catarinense, alicerça-se em entrevistas com alguns atores daquela luta social, referenciando-se pela memória social dos mesmos. Para se chegar à concepção fundamental expressa pela mobilização pública, o que se poderia denominar de construção do concreto pensado, parte-se do fato de identificar as manifestações discursivas apresentadas nos momentos participativos que realçam as relações sociais. Neste sentido, além das entrevistas, destacam-se os documentos oficiais, os informes de divulgação, os discursos de representantes. As diversas fontes de informação foram confrontadas ao longo da elaboração do presente trabalho, de tal forma que se pudesse verificar a congruência entre as perspectivas apontadas e seus efeitos sobre o perfil do movimento.

A pesquisa em referência no presente texto já obteve o seu término e os resultados tendem a desembocar na tentativa de elucidar peculiaridades relevantes do movimento em destaque. A seleção dos itens pertinentes e expressos ao longo do texto deu-se após a pesquisa de campo, espaço onde puderam confirmar de forma efetiva a sua importância. Todavia, como aqui são apontados apenas parcela dos resultados desta pesquisa, cabe reconhecer a existência de óticas diversas a propósito do movimento em questão e a serem aprofundadas e expressas oportunamente.

A referência à participação histórica das mulheres na luta pela terra no campo e mesmo o destaque especial às mulheres dentro do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e em outras lutas sócio-políticas traz à tona uma reflexão sobre a importância cultural dos movimentos sociais. Isto é, além das reivindicações econômicas podem pôr-se como fundamentais aspectos do campo da política cultural, como apresenta-se a questão do status da cidadania.

O Movimento de Mulheres (ora com acréscimo da denominação de Agricultoras, ora Trabalhadoras Rurais) cruza-se com a história de mais de uma década de atividade em prol da Reforma Agrária. Isto é, neste aspecto as mulheres “sem terra” recebem parcial estímulo² para fazerem parte deste seu movimento, criando seus grupos e participando das reivindicações postas e em outras circunstâncias encontram sutis obstáculos.

2 Nos anos 90 devido a um conjunto de novidades recolhidas ao longo da trajetória, devido às divergências na agenda das reivindicações e considerando que com múltiplos assentamentos emerge no horizonte da luta pela terra o Movimento das Mulheres Sem Terra, distinto do seu congênere mais amplo englobando a totalidade das mulheres ligadas ao campo.

A possibilidade do desenvolvimento da visão crítica no contexto da luta pelo acesso à terra passa necessariamente pelo alargamento da perspectiva da reforma agrária e pela participação das mulheres. Nem tanto por serem a metade da população, mas sobretudo por representarem entre os marginalizados a parte mais subordinada e excluída da participação política. De outro lado, convém não estabelecer a subordinação de um movimento em relação a outro. São instâncias autônomas tanto no que se refere ao poder de decisão, quanto ao rumo de suas propostas políticas.

2. AS LUTAS SOCIAIS EM PERSPECTIVA DE CONFLUÊNCIA

O Movimento das Mulheres vem à tona num contexto de outras lutas sociais e de múltiplas ênfases na construção de patamares de cidadania. Numa retrospectiva histórica hoje é possível apontar que a perspectiva do espírito crítico das mulheres sobre a sua sofrida existência social está diretamente ligada a um conjunto de fatores: às modificações no modo de pensar a sua vida de trabalho e às opiniões sobre a participação nos interesses e reivindicações, assim como ao entrelaçamento entre o cotidiano e a história da subalternidade. Todavia não é um fenômeno que ocorra mediante uma explosão rápida e generalizada (GRAMSCI, 1982). Daí a importância de reter os caminhos percorridos ao longo de quinze anos de história.

O desenvolvimento da consciência crítica e coletiva, como um processo histórico e base do resgate da cidadania, depende de múltiplas condições e iniciativas. Por isso mesmo, segundo Gramsci (1982), um erro muito freqüente é pensar que toda camada social elabora a sua consciência com os mesmos métodos dos intelectuais profissionais. Esta diversidade atinge a organização das mulheres por abranger diversas categorias do campo e por se dar em combinação com outros movimentos.

As propostas levantadas e divulgadas pelo movimento se inserem na diversidade de consciência social, com diferentes efeitos organizativos, que vão desde as diversas formas de adesão à rejeição. Nesta diversidade configurada da organização das mulheres, sobretudo da trabalhadora rural, é questionável se o movimento próprio desta categoria social subalterna tem a capacidade histórica de “descobrir a unidade real sob a aparente diferenciação e contradição, bem como descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade” (GRAMSCI, 1982, p. 184). Já no que tange ao Movimento Sem Terra esta diversidade pode representar o espaço onde a categoria dos desprovidos da terra entra em contato, propõe e se mobiliza pelas mesmas reivindicações do que os pequenos proprietários integrados ou não integrados à agroindústria. Embora num limite histórico já posto pelas condições sociais em que se inserem.

A história do Movimento de Mulheres Agricultoras apresenta-se sob a ótica da história e da política intimamente ligada à trajetória de outros movimentos, tais como o das Barragens, da oposição sindical, da Terra. A história do movimento em

questão teve início por volta de 1981, quando também começaram a se pautar os outros movimentos citados. Desta forma em conjunto com sua vinculação, especialmente à oposição sindical (CUT) e a agregação na luta pela terra, conseguiu organizar núcleos em praticamente todos os municípios no sul do país, onde as mobilizações do campo adquiriram um significado político novo ao longo da década. E no final da década de 80 a participação feminina é reconhecida em diferentes lutas sociais: posseiros, reforma agrária, barragens, assalariados, integrados, preços, organização partidária, reforma agrária, aposentadoria, previdência social, entre outras.

Alguns pontos de referência histórica deste movimento estão afirmados em diferentes momentos muito específicos. Aqui nos restringimos a três entre muitos outros investigados pela pesquisa de campo. Na manifestação do dia do agricultor, e de protesto em face da política agrícola segundo os organizadores, realizada no interior do estado catarinense no ano de 1984, entre os discursos da ordem do dia sobe ao palanque Ivanete Brás, do Movimento de Mulheres, para apresentar as suas reivindicações, expressando a seu modo uma visão sobre a realidade histórica, cuja síntese foi publicada com destaque no Jornal dos Trabalhadores Sem Terra (JTST) na mesma época.

Em outra ocasião, as mulheres presentes em pequena percentagem no Congresso Nacional do Movimento Sem Terra, em Curitiba em janeiro de 1985, tiraram naquela ocasião histórica uma pauta com resoluções próprias, mesmo representando para elas dupla jornada: participar igualmente do congresso e elaborar um elenco das reivindicações das mulheres. Ao cabo de várias reuniões levantaram as seguintes propostas, que passaram a ser difundidas pelos meios de informação disponíveis³:

“formar grupos de mulheres por município, realizar reuniões tendo uma representante por núcleo, participar ativamente dos movimentos reivindicatórios, participar mais do sindicato e na luta pela reforma agrária, conquistar espaço político na sociedade, assumir a luta de igual para igual com os companheiros, organizar as mulheres nas ocupações e assentamentos, nas greves e movimentos populares, exigir espaço nos trabalhos de base e nas assessorias, divulgar a luta da mulher em todos os locais, formar a coordenação a nível estadual depois de conseguir organização de base, maior participação e direitos iguais aos homens na coordenação nacional do MST” (JTST, n. 42, fev/1985, p. 5).

3 A partir desta data, durante um período de vários anos, o Movimento das Mulheres possuía uma página para seus assuntos específicos neste jornal.

A partir deste congresso as mulheres passam a integrar como membros a executiva do movimento citado em todos os níveis. Enfim, o relatório elaborado a partir de uma discussão de avaliação e planejamento da luta social pela terra em Santa Catarina, em novembro de 1986, entre os itens do planejamento, aprova a proposta do incentivo à participação das mulheres, possibilitando que passem a ter voz ativa em todos os níveis da luta social. É necessário tomar o devido cuidado para não reduzir o perfil de organização das mulheres só aos fatos aludidos, senão que o leque está para além da luta pela terra. Está no contexto da cidadania. Isto entre outros fatos históricos igualmente importantes que vão costurando uma trajetória rica em percalços. Num dos incidentes da luta pela terra na Fazenda Anonni (RS), revelou-se a presença histórica marcante das mulheres em todas as frentes da luta, como proposto no planejamento: num ato de protesto na rodovia, uma mãe de família e líder do agrupamento ganha o “status de mártir” ao ser levada a derramar seu sangue por uma causa coletiva e nobre, esmagada por um caminhão jogado de propósito sobre a multidão. Outrossim, aponta que mulheres têm tido papel histórico importante no conjunto das lutas sociais.

3. REFORÇO À ÓTICA SINDICAL

O debate sobre a sindicalização da mulher enquanto trabalhadora em condições de igualdade ao homem vem à tona no contexto em que se constrói a mobilização histórica das lutas sociais. O questionamento da ausência da mulher como filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) se dá pela sua participação em diversas frentes e movimentos. Onde constrói e retoma a sua história, onde passa a ter um papel de direção, além de engrossar a mobilização. Verifica-se, particularmente na década de 80, a participação da mulher nos movimentos por demandas sociais e, ao contrário, a sua ausência nos sindicatos onde aparece somente enquanto viúva ou como dependente do chefe da família. A mulher vem fazendo-se presente em movimentos de resistência que vem eclodindo, como mostram os diferentes casos citados. Fundamentalmente, a sindicalização da mulher vem no bojo e se viabiliza através das “oposições sindicais”, preocupadas com o crescimento da participação e a democratização, assim como há um empenho por uma politização específica dos membros do sindicato. Entra na ordem do dia a luta por direitos e no escopo perfila o intuito pela cidadania.

Em toda a parcela de sua história enquanto órgão assistencial, ótica aliás significativamente reforçada durante o regime militar, o sindicalismo configura-se na tutela do homem sobre a mulher. Esteve vedado, na qualidade de órgão de luta política, às mulheres enquanto categoria profissional. Por isso mesmo o Movimento de Mulheres propõe a revisão deste esquema de subordinação neste campo. Na sindicalização da mulher há níveis engrenados de conquistas e que remetem a um conjunto de encaminhamentos (JTST, n. 50, mar/1986, p. 14 e 15): direito à

sindicalização, participação em chapas nas eleições de diretorias, como membros da diretoria podem interferir na viabilização de outros direitos para as trabalhadoras.

É questionável se a prática das mulheres no encaminhamento das reivindicações está ligada à participação da família como um todo nas mobilizações. É neste sentido que a proposta de sindicalização se resume na participação em pé de igualdade com o homem. Disposição para tomar parte em todas as frentes, pois em nenhum momento se alude ao papel político da mulher em oposição ao homem. Apresenta-se antes uma questão de somar forças, pois

“as mulheres que até hoje ainda não participaram das reuniões, não tiveram chance de participar, quando tem uma reunião não é só os homens que devem ir, as mulheres vão junto porque sofrem junto. É uma reunião do sindicato, as mulheres vão junto. Nada das mulheres ficarem dentro de casa, arrumam alguém para cuidar das crianças...” (Entrevista da pesquisa de campo).

Aliás este é um posicionamento expresso em diversas entrevistas da pesquisa. Ocorre constatar-se, principalmente nas zonas rurais, a questão de uma dependência múltipla das mulheres em relação aos seus companheiros homens, pois após o trabalho conjunto na lavoura, dá-se a comercialização individual dos produtos em nome dele, e assim tende a estabelecer-se a dominação econômica, à qual junta-se a subordinação social e cultural.

A questão da filiação da mulher do campo ao sindicato de sua categoria não implicava em mudanças na legislação, mas na conduta política do gerenciamento do órgão. Neste sentido, esta conquista foi possível sem mexer em atribuições reservadas a outras esferas, como as do poder legislativo. Todavia o processo se dá em meio a tensões para propor o debate sobre a temática do gênero sem subordiná-lo a outros referenciais.

A pressão para a sindicalização foi incorporada ao programa sindical e proveio, sobretudo, da parte da tendência ligada à corrente sindical identificada com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e por isso ousava ser comum ocorrerem freqüentes resistências pois tal fato vinha a fortalecer esta tendência nas disputas sindicais. Havia a possibilidade de a mulher impetrar recurso judicial quando lhe era negado o direito de sindicalização. Porém, na prática histórica revelou-se que esta questão está diretamente relacionada à capacidade de mobilização, pois a democratização e a dimensão política do sindicato como órgão de classe estão postas em questão.

4. ENTRELAÇAR NOVAS ATIVIDADES

No universo em que emerge o Movimento das Mulheres, cuja visão de mundo beira à denominação de tradicional ou conservadora, as atividades propostas trazem um referencial inovador do horizonte de referências.

Dentro da preocupação política e da estrutura de organização do Movimento Sem Terra há uma atenção à participação da mulher, porém os traços da dominação da mulher aparecem ainda contraditoriamente no discurso igualitário: “a metade de nossa força está nas mulheres organizadas juntamente conosco. Para o movimento não há diferença entre mulheres e homens”. Esta perspectiva de um lado redutora das diferenças, de outro expressando uma vontade política de reduzir as desigualdades com o intuito de almejar a cidadania, foi emitida por um militante no Teatro Iguaçu em Curitiba, janeiro de 1985, por ocasião do discurso de abertura do Iº Congresso Nacional.

A interrogação nasce de imediato: então porque as mulheres organizadas dentro de outro movimento, do Sindicato e de outras formas de aglutinação setorial? É o reconhecimento de que ainda existem diferenças historicamente consolidadas, mesmo que já detectadas e em ritmo de extinção. Há de imediato uma diferença visível em relação à nova ótica sindical, onde era dado ao homem assinar a ficha de filiação, enquanto que em outras frentes ocorresse de forma menos nítida.

Algumas influências destacam-se em função da organização das mulheres a partir de frentes diversas: nos grupos de reflexão organizados pela Igreja as mulheres frequentemente dirigem; as mulheres costumam ter mais leitura, tanto assim que nas escolas rurais o professorado quase sempre está restrito às mulheres; um esforço de integrar mais este contingente às mobilizações; a divulgação da iniciativa tomada pelas mulheres em algum outro setor da vida social. Mesmo assim fica a interrogação sobre os fatores que permitem a maior participação e possibilidade de influência da mulher dentro dos movimentos sociais.

Pelo que as entrevistas parecem indicar, o momento extraordinário como das ocupações de áreas, de acampamentos ou da conquista da terra representa um novo passo na integração da mulher na história da luta pela terra. Verifica-se mais nitidamente a adesão das mulheres nesta mobilização e de forma mais intensiva até porque as tarefas são muitas. Neste processo acabam elevando o nível de politização e exercendo atividades pertinentes ao movimento nesta ação.

A participação proporcionada pelas mulheres revela uma mudança cultural ao integrar, pela ação de mobilização, tal contingente excluído das atividades políticas fundamentais que antes competiam somente aos homens. Segundo os depoimentos, a forma de organização e a contingência destas ações extraordinárias implicaram no desenvolvimento de um papel histórico fundamental da mulher dentro do respectivo movimento. Todavia é um caminho com muitos percalços e de superação de barreiras.

“Na nossa comunidade não tem participação ainda das mulheres. Acho que “sem terra” não é só homem, a mulher também é. Nós devia se reunir junto, talvez nós vencíamos mais fácil”. “A participação é muito importante, embora as mulheres hoje lutando se organizaram nas comissões. Fica um pouco mais difícil elas saírem.

Participando, quando a gente for para a luta elas já estão conscientes sabendo do que pode acontecer.” (Entrevista da pesquisa de campo).

Diante de situações conflituosas torna-se fundamental que todo o contingente popular envolvido tenha um patamar mínimo de entendimento dos fatores que geraram a situação. Diante das tensões os setores menos afins poderiam retroceder, sendo que isto numa situação familiar recai freqüentemente sobre a parcela feminina. Deste ponto de vista o sucesso do movimento social, onde automaticamente o conjunto da família está envolvido, depende das convicções de luta por parte das mulheres: as ocupações, acampamentos, assentamentos, manifestos públicos tornam perceptíveis as mulheres organizadas e sem as quais os eventos não poderiam encaminhar-se com a mesma relevância.

A formação dos acampamentos dos colonos sem terra deu oportunidade de reforçar a organização das mulheres, principalmente a partir de 1984/85. Aliás, nos três estados sulinos este é um período em que o movimento social no campo vai assumindo o seu jeito de ser sujeito da sua história. Neste espaço de pressão política, nesta forma de oposição ao sistema político-econômico, os horizontes tendem a ampliar-se e aprofundar-se mediante a incorporação para a ação de setores antes marginalizados da política.

Esta integração pela ação também é favorecida pela amplitude do cunho social das reivindicações postas. As demandas das mulheres põem em pauta a questão da igualdade para a superação de preconceitos existentes, denunciando formas de marginalização a que elas estão sujeitas. A história no passado acanhou e silenciou sob diferentes formas estas mulheres, cujo resgate de direitos previsivelmente será um caminho longo. Fica a questão se estas mobilizações e as formas de integração pela prática redundam efetivamente num movimento em prol de integração na sociedade, em prol do exercício da cidadania. Esta interrogação tem tanto mais sentido, quando se consideram as modificações nas formas de ação de acordo com os percalços da história e os direitos em sua perspectiva dinâmica dentro da vida social.

5. OBSTÁCULOS SUTIS À CIDADANIA

Pela trajetória da reflexão até aqui realizada é possível afirmar que, frente à dinâmica desenvolvida pelas mulheres no campo, erguem-se empecilhos como limitações advindas do próprio contexto social e também sutis obstáculos à cidadania. Em meio ao incentivo prestado à causa erguem-se as comissões formadas, entre elas a das mulheres nos acampamentos responsáveis sobretudo pelo cotidiano: “...(nos acampamentos) fazia reunião com o povo todo e separamos a mulher e fizemos reunião com as mulheres também. No assentamento participo da liderança das mulheres” (Entrevista da pesquisa de campo).

A direção do Movimento Sem Terra em freqüentes encontros tem declarado incentivar a participação e priorizar a organização de jovens e mulheres, como o fez no IV Encontro Nacional, em janeiro de 1988. Na prática percebe-se que não basta esta determinação ou a intencionalidade da direção para que esta organização de fato ocorra. Todavia, é fundamental o reconhecimento de que os setores mais esclarecidos do Movimento Sem Terra facilitaram a participação da mulher para a emergência de seu movimento próprio. As mulheres estão saindo da exclusividade dos trabalhos dentro de casa, para colocar em público novas reivindicações por certos direitos e impensáveis em outro momento histórico. Participam também das manifestações dos pequenos proprietários, negociam com autoridades, aprendem a falar em grandes assembléias e coordenam trabalhos de grupos.

Em determinadas datas históricas costumam ocorrer manifestações públicas específicas em torno da questão da mulher, sempre de acordo com iniciativas locais, entre as quais podemos citar, dia 8 de março e 12 de agosto em memória de Margarida Alves, entre outras. Em resumo, as mulheres passam da inexistência política para o papel ativo nas lutas sociais e do limite de grupos de reflexão para o Movimento de Mulheres Agricultoras. Entretanto, tomando a sociedade no seu conjunto, a participação das mulheres

“ainda é bastante fraca e isto faz bastante falta na luta como um todo. As mulheres ainda não despertaram o suficiente, mas tem companheiras que tem clareza bastante grande e que tem enfrentado a luta. Inclusive a história do fogo na ponte foram as mulheres que pularam dos caminhões, enfrentaram os jagunços e foram lá apagar. E mesmo dentro da organização a participação delas é importante.” (Entrevista da pesquisa de campo).

Em meio a esta situação diversificada, entretanto, a organização das mulheres sofre resistências, não se pode dar a entender que de todos os lados as forças sociais colaboram para tirar as mulheres do seu isolamento. Isto seria um equívoco de leitura. Até nos meios sociais onde a mobilização das mulheres se processa pode visualizar-se que conflitos e resistências se verificam. Se a maioria dos sindicatos já não oferecessem obstáculos à sindicalização e a direitos e benefícios iguais, como também na área de outros movimentos, certamente não haveria necessidade de pauta própria. Seria ingenuidade afirmar que diante de um discurso, de uma mobilização em conjunto, as diferenças e discriminações desaparecem por um encanto.

Pelo contingente de mulheres que se mobilizam, chegando a dez mil em certas ocasiões, segundo a coordenação responsável pela concentração, já ganhou visibilidade e história. Trata-se de um contingente de marginalizados que se demonstrou sensível à convocação. Entretanto, as contradições se manifestam em diversos âmbitos, inclusive de onde procedem seus apoios. Dentro da Igreja a

ambigüidade se manifesta pela restrição à participação neste movimento, enquanto parcela desta encontra-se com mensagem voltada à recuperação da dignidade de excluídos, desmobilizados e oprimidos (MOISÉS, 1982). A resistência à mobilização da mulher em torno de alguns direitos se dá inclusive por um considerável contingente das próprias mulheres. O contingente que adere às mobilizações para o atendimento de suas demandas toma consciência da necessidade de superar estes obstáculos em todas as esferas. Tomam consciência de que se encontram diante de uma situação difícil e delicada; todavia, caso as reivindicações sejam atendidas podem melhorar seu nível de vida e de participação política na sociedade.

Nas contingências históricas da luta pela terra também se verificam resistências à participação em pé de igualdade da mulher em todas as instâncias.

“Tem muitas mulheres que até hoje acham que a mulher não deve assumir a luta. E ainda hoje tem homens dentro do acampamento, que são lideranças, que acham que as mulheres não devem participar das decisões. Quando a reunião é junto com os homens a mulher se reprime. A mulher tem medo de decisões. Quando a reunião é só de mulheres, ela consegue se abrir.” (GRACIELE, 1985, p. 18)

“Estão se organizando cada vez mais. No início muitos homens foram contra, achando que as mulheres não precisam participar. Então veio o pessoal de fora e falava que as mulheres precisavam participar.” (Entrevista da pesquisa de campo).

As instâncias de organização, a lógica da ação do movimento de mulheres não se confunde com o Movimento Sem Terra, porém há momentos em que as ações políticas não se distinguem. Isto se deve à organização também dentro do empenho pela reforma agrária e as demandas que em parte coincidem. Tal fato remete à ambigüidade de constituir-se em incentivo e em limitação à abrangência do mesmo.

As alterações propostas para a vida social e política viabilizam uma nova ótica dentro do Movimento de Mulheres no campo: a mulher é também mão-de-obra barata para o capital. De um lado, há a percepção que vincula a exploração da força de trabalho feminina ao parceiro e, por outro, está posta a reivindicação de passar a desvincular os direitos da mulher com relação ao homem. A dupla jornada de trabalho aparece como dura realidade, pois no trabalho de cunho familiar há a possibilidade de exercer funções produtivas e de cuidar das atividades de reprodução (SAFIOTTI, 1988). Esta dupla atividade é favorecida na medida em que a mulher dispõe de certo grau de liberdade na distribuição do tempo de trabalho.

6. A MULHER CIDADÃ ENTRE MÚLTIPLOS ATORES

Além de a organização das mulheres referenciar-se na multiplicidade própria, gira num contexto onde na diversidade das lutas constituem-se destacados atores

sociais. A múltipla face da mobilização das mulheres torna-se compreensível se tomarmos em consideração a diversidade de origem das envolvidas e que todas as categorias sociais no campo passam por um questionamento frente às transformações impostas pelo processo do desenvolvimento. Isto é, estão sendo afetados tanto assalariados, “sem terra”, quanto produtores integrados. Esta situação nova e ampla permite que se atribua a ela parcela importante da emergência dos diversos movimentos ligados aos trabalhadores rurais. O sentido político comum provém da luta contra a exclusão e/ou subordinação ao capital, embora os atinja diferentemente. Desta situação comum neste particular, até o fato de uma luta conjunta, há um largo espaço de interesses. Então, ao lado da bandeira pela reforma agrária estão as novas formas de integração na divisão social do trabalho (GRZYBOWSKY, 1987) que a modificação das relações econômicas impõem. Este parece ser o pano de fundo, a causa fundante das diversas mobilizações e protestos, configuradas ao longo da década de 80 no campo no sul do país.

A unidade de ação recebe interpretações diferentes também entre as entrevistadas, no caso lideranças proeminentes. Neste sentido, podem consolidar-se relacionamentos com setores organizados dentro do âmbito urbano. É por isso mesmo que diferentes agenciamentos parecem necessários, daí que

“... quando o pessoal vem para as negociações, o intercâmbio com o pessoal da cidade, há sempre uma tentativa para que isto aconteça, para que haja uma união destes trabalhadores e amanhã se possa ter propostas, talvez uma feira, ou coisa semelhante.” (Entrevista da pesquisa de campo).

Para o Movimento de Mulheres, se há alguma possibilidade de aproximação com lutas urbanas, todavia, a luta pelos direitos como trabalhadoras assalariadas no sul do país praticamente passa ao largo de sua atuação. O engajamento por estes poder-se-ia entender num movimento que se erige numa área agrícola onde a modernização e a integração com a agroindústria está em expansão. Uma explicação plausível para este fato é o baixo percentual de mão-de-obra assalariada no campo na região sul. Porém, acima disto e sobretudo, porque o movimento em questão se propõe como resistência à alteração da subordinação ao capital, com novas ou outras dimensões para o trabalho no campo.

Se de um lado, a busca da integração social e econômica representa um avanço de melhoria de condições de vida, de outro não deixa de apresentar-se no mais das vezes como um limite à politização. A ação de múltiplos atores tende a encaminhar-se para um novo patamar de organização, onde se conjugam esforços através do associativismo, ou que represente um outro tipo de instrumento para disputar espaço frente às demais forças sociais. Neste sentido, somar forças passa a ser uma questão de classe social.

“Uma das questões que a gente tem notado é que as lutas de trabalhadores que acontecem na região, mesmo no país, os companheiros percebem que é uma luta nossa, que é aquela história da luta de classes. Começam a perceber que onde o trabalhador se organiza e conquista é para a classe trabalhadora como um todo. Um exemplo disto foi a luta da eleição do sindicato, que os caras tinham como deles e o resultado foi uma festa.” (Entrevista da pesquisa de campo).

Diante da situação narrada, fica fácil compreender que a questão partidária emerge num horizonte como que natural. E no campo no sul do país o Partido dos Trabalhadores está basicamente sendo articulado no bojo destes movimentos. Isto vem a ocorrer porque os movimentos associam as reivindicações imediatas e as mudanças de visão de mundo com a renovação da representação parlamentar. A mudança na posição política permite visualizar um determinado processo de tal forma que leva estes contingentes populacionais a perceberem a sua posição na base da pirâmide social.

Na tentativa de modificar a posição sustentadora da dominação política, o Movimento de Mulheres vem apoiando candidatos aos pleitos eleitorais. Tomemos como caso de referência o estado de Santa Catarina. Neste, em conjunto com outros movimentos, lança uma candidata para a Assembleia Legislativa já no pleito de 1986. Ocorre que havia no oeste de Santa Catarina outros candidatos pelo mesmo partido e apoiados pelos movimentos sociais e inclusive candidatos na condição de “sem terra” ou de sindicalistas. Acontece que a única vaga conseguida na Assembleia Legislativa pelo Partido dos Trabalhadores naquele momento histórico foi da representante do Movimento de Mulheres. Recebeu parcela de apoio do Movimento Sem Terra, de sindicatos, ela mesma sindicalista e agricultora do município de Descanso. Além disto, situa-se entre os três candidatos eleitos para a Assembleia com origem em toda região do oeste catarinense. Há outros exemplos de representação parlamentar em face dos movimentos no campo, como é o caso da presença no parlamento gaúcho.

A participação na via eleitoral diferencia-se nos três estados sulinos. No espaço gaúcho há a avaliação de que o acúmulo necessário de força política fica aquém da possibilidade de eleger representantes para a Assembleia Legislativa. Inclusive em 1986 o partido elegeu quatro deputados e em 1990 só acrescentou mais um, passando a cinco mandatos. Em Santa Catarina com apoio substantivo da organização das mulheres, passa de um deputado na Assembleia para a condição de número quase idêntico em 1990 ao número de deputados para a Assembleia gaúcha. Este comportamento nos pleitos eleitorais relaciona-se com as características históricas dos múltiplos atores.

O crescimento da mobilização e a perspectiva de representação política coloca a questão da opção partidária, inclusive como exigência no âmbito do próprio

movimento e, especificamente, pela dimensão histórica importante que é a constituição do intelectual orgânico. Isto é, cabe costurar a relação entre os interesses, a compreensão ideológica e o enfrentamento com as outras forças sociais. Neste caso, é na sua expressão dentro do parlamento e na implementação de novos aspectos da legislação. Fica sempre o dilema do relacionamento entre os múltiplos atores: da relação entre movimento e partido, dos grupos de mulheres dentro de outras formas de organização, o sindicalismo e o Movimento de Mulheres. A interrogação histórica se expressa assim: são os movimentos sociais organismos auxiliares da expressão sindical ou partidária, ou são os primeiros uma condição para nova agremiação partidária, ou ainda seu segredo está na autonomia frente aos outros atores? Com a presença do PT como uma instituição representativa, sem a superposição de papéis, reserva-se ao movimento feminino a temática da reprodução familiar e a conquista da igualdade de participação com os homens em todas as esferas?

Por ocasião da elaboração da nova Carta Magna para o país, entre 1986/88, o Movimento de Mulheres esteve envolto na coleta de assinaturas para efeito de subscrição de algumas das 122 emendas populares à proposta de Constituição. Sob este ponto de vista, manteve-se muito atento às oportunidades de participação política inclusive no âmbito nacional.

Ainda restaria, entre muitos temas, abordar a relação com outros movimentos feministas do setor urbano, cujas questões remetemos a um outro estudo fora do nosso alcance neste momento.

7. FINALIZANDO

A participação da população feminina no campo registra a sua história pelos momentos do cotidiano familiar e pela contribuição como mão-de-obra na produção agrícola. Até recentemente, na história do sul do país não se visualizou um movimento feminista que defendesse uma pauta própria. Sob este ponto de vista, a história do Movimento de Mulheres é um fenômeno sócio-político muito recente, inclusive como fato demonstrativo do advento da modernidade.

As reivindicações postas pelo movimento em questão recebem tonalidades diversas de acordo com o momento histórico, a conjuntura e o contexto local. Aqui resumimos em sete itens as propostas políticas que estão centradas no reconhecimento social e legal da situação de mulher e trabalhadora (Boletim, 1986; GRZYBOSKY, 1987; OLÍMPIA, 1988; JTST, n. 64, jul/1987): 1) associar-se ao sindicato com plenos direitos; 2) previdência social: auxílio acidente, assistência médica, aposentadoria; 3) reforma agrária e agrícola; 4) reconhecimento da profissão e direito à participação em todas as esferas da sociedade; 5) atribuição de direitos iguais entre os pares; 6) atingir o exercício da cidadania, com democracia política, social e econômica; 7) fomentar formas alternativas de participação e de representação. Todos estes são componentes da história rumo à vigência da cidadania.

O Movimento de Mulheres do campo floresce com uma perspectiva modernizadora e de ênfase na instauração da democracia, como se pode notar na pauta de suas reivindicações. Põe-se nesta ótica um conjunto de encaminhamentos baseados na luta política pela reforma agrária, por direitos sindicais, pela obtenção de benefícios das políticas sociais. Neste sentido, possui uma característica histórica que está para além da postura feminista, é a busca pela instauração da cidadania. Todavia, a ênfase no empenho pela cidadania aparece como aspecto comum à maioria dos movimentos sociais na década de 80. Entretanto, o movimento em análise, embora formado por mulheres aparece distinto dos movimentos feministas, por mais que ambos sejam as duas faces da mesma moeda. As mulheres agricultoras e, mais tarde, também as mulheres sem terra, construíram uma dinâmica política própria, organizando-se em torno de necessidades e de seus papéis socialmente designados.

Diante do percurso estabelecido acima, torna-se impossível pensar a emergência e separação da respectiva mobilização das mulheres sem uma rede de comunicação anterior ou simultaneamente servindo a outras esferas de organização e ação política. Esta rede de vinculação de informações vem a propósito da difusão do ideário da mobilização, tendo em vista que existem certos condicionamentos sócio-culturais fundamentais e sobre os quais o Movimento de Mulheres vai atuar. Neste contexto, além da ação política ou antes para ela, a difusão de informações, o debate sobre demandas, a consolidação de uma representação e direção política são fundamentais para a consolidação da identidade do movimento. Esta identidade por sua vez remete à consolidação do movimento como tal, pois que representa um elemento chave na história da maioria dos movimentos sociais.

A relação entre o histórico e o imediato aparece no discurso e nas reivindicações do Movimento de Mulheres. Pelo discurso se esclarece a pretensão de atingir a raiz da opressão, para construir uma “nova sociedade”, indicando o sistema social como a causa das injustiças e desigualdades. Todavia, no momento de formular a pauta das reivindicações e nas mobilizações efetuadas, a alusão se restringe a direitos com a superação de algumas formas de opressão. Desta maneira mostra-se de novo que a tensão entre o histórico e o imediato representa um desafio, não só neste momento histórico em particular, mas para todos os movimentos sociais. De forma semelhante, neste momento de redemocratização e de fortalecimento da sociedade civil, a questão da cidadania aparece como um aspecto fundamental, dependente por sua vez do processo em que os movimentos de base se constituem como sujeitos de sua história.

Na trajetória histórica ora examinada e consolidada a duras penas enquanto setor subalterno da sociedade pode-se conferir que na participação política das mulheres no campo na construção da cidadania encontram-se intrincadas algumas dimensões que consideramos relevantes: a possibilidade de modificar a visão ante a realidade histórica; a luta pela sindicalização em condições iguais aos homens; a resposta diversificada frente aos obstáculos apresentados à pauta da demanda; a

capacidade de relacionamento estratégico entre múltiplos atores; e a representação parlamentar conjugada à participação direta. Neste sentido, a prática política das mulheres mobilizadas no campo conta uma história diferente daquela que lhes imputa o juízo de força conservadora. Como participantes da esfera política apontam para aspectos que a democracia não pode ignorar: a cidadania aparece como construção e passa a ser exercida com a existência de cidadãos ativos. É a face da conquista.

A observação a longo prazo permite detectar que a perspectiva recente revela a existência do fluxo histórico (anos 80) e um subsequente refluxo (anos 90) nos movimentos sociais, da qual o movimento em questão constitui um caso entre outros. Sob o ponto de vista histórico, o Movimento de Mulheres no campo traça o perfil de um sujeito político construído a duras penas, cuja visibilidade social está muito ligado à conjuntura e contexto da questão agrária. Os movimentos do campo não retiveram para o início dos anos 90 a visualização que possuíam nos anos 80, principalmente no que se refere à presença nos meios de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigma do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Hucitec, 1991.
- BENEVIDES, Maria Victória de M. "Educação para a democracia". In *Lua Nova*, (38), 1996.
- BOLETIM DO STR. Chapecó/SC, 1984-1989.
- CHEIRO DE TERRA. Boletim da CPT/SC, Chapecó, 1978-90
- CALDART, Roseli S. *Sem terra com poesia*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- DELGADO, Maria Berenice G. e SOARES, Vera. "O movimento de mulheres na transição democrática brasileira". In HELLMANN, Michaela (org). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo, Marco Zero, 1995.
- GAIGER, Luís Inácio. *Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GORGEN, Sérgio e STEDILE, João Pedro (orgs). *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- GRACIELE, Santana. JORNAL dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo, n. 42, fev./85
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1982.
- GRZYBOWSKY, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Coed. Vozes/Fase, 1987.
- LAVINAS, L. e CAPELLIN, P. "Gênero e classe: mulheres trabalhadoras rurais". In *Mulheres trabalhadoras rurais, participação e luta sindical*. Rio de Janeiro, DNTR/CEDI, maio/1991.
- OLIVEIRA, E.M. (org). *Mulheres: da domesticidade à cidadania, estudos sobre movimentos sociais e democratização*. ANPOCS/CNDM, 1987.
- MST. JORNAL dos Trabalhadores. São Paulo, anos 1985-1994.

- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo, Hucitec, 1989.
- _____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- MOVIMENTO dos Trabalhadores sem Terra. In *Cadernos de Formação*, São Paulo, nº 1 a 25, 1985 a 1994.
- _____. "Relatório do estudo e avaliação do Movimento Sem Terra". 26-28 de outubro de 1985, Chapecó/SC, mimeo.
- MOISÉS, José A. "Qual a estratégia do novo sindicalismo?" In MOISÉS et al. *Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- OLÍMPIA, Irma. *As lutas das mulheres*. Centro de Pastoral Vergueiro, São Paulo, (47), mai/1988.
- POLI, Odilon Luiz. "Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais no oeste catarinense". ENCONTRO de Cientistas Sociais, 4. *Anais*. Ijuí, 14-17/maio/1996.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. "Educação política e movimento social". ENCONTRO de Cientistas Sociais, 4. *Anais*. Ijuí, 14-17/maio/1996.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SAFIOTTI, Heloísa. "Política agrícola no Brasil contemporâneo e suas consequências para a força de trabalho feminina". In *Reforma Agrária*, Abra, (3), ago./dez. 1988.
- SANTOS, José Vicente (org). *Revoluções camponesas na América Latina*. Campinas, Unicamp/Ícone, 1985.

Abstract: The historical panorama of the rural women movement in the south of Brasil emphasizes the diversity on the social and political participation of them. On the way to their political participation to build up citizenship, which was consolidated with hard work as a subordinated sector of society, are interrelated as such: the possibility to chance their vision at the social reality; the struggle for having a union at the same condition as the men category; the capacity for strategic relationship among multiple actors; the parliamentary representation related to direct participation.

Key-words: woman, citizenship, diversity.